



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

06/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. CÂMARA CÍVEL.....	2
1.3. DESEMBARGADORES.....	3
1.4. OUVIDORIA.....	4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. COMARCAS.....	5 - 6
2.2. CURSOS.....	7
2.3. DESEMBARGADORES.....	8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AVISO.....	9
3.2. COMARCAS.....	10 - 11
3.3. CÂMARA CÍVEL.....	12 - 13
3.4. DESEMBARGADORES.....	14 - 16
3.5. INSTITUCIONAL.....	17
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CÂMARA CÍVEL.....	18 - 19
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. COMARCAS.....	20
5.2. CÂMARA CÍVEL.....	21 - 23
5.3. DESEMBARGADORES.....	24
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	25 - 26
6.2. CURSOS.....	27
6.3. CÂMARA CÍVEL.....	28 - 29
6.4. EDITAL.....	30
6.5. JULGAMENTOS.....	31
6.6. OUVIDORIA.....	32 - 33
7. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
7.1. COMARCAS.....	34
7.2. CÂMARA CÍVEL.....	35

Corregedor inicia nova inspeção a comarcas na segunda-feira

Reprodução



► Guerreiro Júnior em Imperatriz fala sobre planos de trabalho a juizes da comarca

O corregedor-geral da Justiça inicia na segunda-feira, 8, nova rodada de inspeção a comarcas estaduais - a terceira desde que assumiu o cargo. Com esse novo trabalho, Antonio Guerreiro Júnior irá completar 80 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão.

Coroatá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande estão no roteiro de 15 comarcas que serão vistoriadas por equipe da Corregedoria até sexta-feira, 12.

A tarefa não difere de inspeções anteriores. Guerreiro Júnior irá verificar o que as unidades oferecem de melhor em prestação jurisdicional e quais serviços podem ser melhorados. Os assessores também devem inteirar-se do que juizes e servidores têm a dizer sobre condições de trabalho e qual a real situação dos prédios.

Em setembro, o corregedor inspecionou 55 comar-

cas, inclusive as do Sul do Estado. Em julho, foi a 17 comarcas da Baixada.

Em grande parte das comarcas visitadas Guerreiro Júnior tem autorizado a entrega de móveis e equipamentos novos e a implantação dos projetos "Fala Audiência" e "Teleaudiência".

Próprias para a gravação em áudio de audiências e registro textual de depoimentos, as duas ferramentas desenvolvidas pela Corregedoria têm sido bem recebidas pelos juizes, sobretudo pela facilidade de uso.

Comarcas a ser inspecionadas

Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias, Coelho Neto, Buriti de Inácia Vaz, Araiões, Tutóia, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Chapadinha, Urbano Santos e Vargem Grande.

TJMA MANTÉM NOMES DE EDISON LOBÃO E JOÃO ALBERTO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que possuem os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa devem permanecer com essas denominações. A decisão, por maioria dos desembargadores membros, deu provimento ao recurso dos senadores que solicitaram a manutenção dos seus nomes nos locais públicos, em sessão nesta sexta-feira, 5. O uso dos respectivos nomes em prédios e outros locais foi questionado por meio de Ação Popular ajuizada em novembro de 1995, com pedido de retirada imediata das inscrições em símbolos, imagens, monumentos, a exemplo da escola estadual “Complexo Educacional Edison Lobão” e da Avenida Litorânea que passou a se chamar de Edison Lobão, além do Centro de Processamento de Dados João Alberto de Sousa.

PARA A ALEGRIA de todos, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, já se encontra em casa, após ser submetido a uma cirurgia de emergência no apêndice. O presidente recebeu alta médica e já informou à Assessoria de Comunicação da Presidência que está bem e que vai retornar ao trabalho na próxima segunda-feira, dia 08...

TJMA instala sede da Ouvidoria

O Tribunal de Justiça do Maranhão inaugura na próxima segunda-feira, 8, às 17h30, a Ouvidoria do poder Judiciário, situada na Casa de Justiça e Cidadania, no térreo do Shopping Jaracati, ao lado do Viva Cidadão.

O órgão vai funcionar como um balcão de atendimento ao cidadão, onde ele poderá registrar sua reclamação, denúncia ou sugestão sobre os serviços judiciários no estado. No local, o cidadão também encontrará uma rede integrada de serviços destinada a

promover a cidadania e práticas institucionais voltadas à promoção e proteção de direitos fundamentais e acesso à cultura e à justiça.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal estará presente à inauguração, ao lado do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon e dos ouvidores titular, desembargador José Bernardo Rodrigues, e substituto, Cleones Carvalho Cunha e outras autoridades convidadas.

GERAL

Comarcas serão inspeccionadas no Maranhão

O corregedor-geral da Justiça inicia na próxima segunda-feira, 8, uma nova rodada de inspeção a comarcas estaduais - a terceira desde que assumiu o cargo.

CORREGEDORIA

Comarcas serão inspecionadas no MA

O corregedor-geral da Justiça inicia na próxima segunda-feira, 8, uma nova rodada de inspeção a comarcas estaduais - a terceira desde que assumiu o cargo. Com esse novo trabalho, Antonio Guerreiro Júnior irá completar 80 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão.

Coroatá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande estão no roteiro de 15 comarcas que serão vistoriadas por equipe da Corregedoria até sexta-feira, 12. A tarefa não difere de inspeções anteriores. Guerreiro Júnior irá verificar o que as unidades oferecem de melhor em prestação jurisdicional e quais serviços podem ser melhorados. Os assessores também devem inteirar-se do que juízes e servidores têm a dizer sobre

condições de trabalho e qual a real situação dos prédios.

Em setembro, o corregedor inspecionou 55 comarcas, inclusive as do Sul do Estado. Em julho, foi a 17 comarcas da Baixada. Em grande parte das comarcas visitadas Guerreiro Júnior tem autorizado a entrega de móveis e equipamentos novos e a implantação dos projetos "Fala Audiência" e "Teleaudiência". Próprias para a gravação em áudio de audiências e registro textual de depoimentos, as duas ferramentas desenvolvidos pela Corregedoria têm sido bem recebidos pelos juízes, sobretudo pela facilidade de uso.

Dentre as comarcas a serem inspecionadas nesta nova fase estão as das cida-

des de Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias, Coelho Neto, Buriti de Inácia Vaz, Araisos, Tutóia, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Chapadinha, Urbano Santos e Vargem Grande.



O corregedor-geral Antonio Guerreiro Júnior

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ministro Gilmar Mendes abre curso de especialização



O Ministro Gilmar Mendes dará aula inaugural do curso

Cerca de quarenta magistrados maranhenses participaram do II Curso de Especialização em Direito Constitucional, resultante de um convênio de cooperação técnico-científico-acadêmico celebrado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) e a Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB). O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) vai proferir a aula inaugural do curso, às 19h, com a conferência "O Supremo Tribunal Federal e a Jurisdição Constitucional", às 19h, no Auditório Luiz Pinho Rodrigues.

Por meio da parceria, o Tribunal de Justiça, por meio da ESMAM, está investindo na capacitação dos magistra-

dos, visando contribuir para a qualidade das decisões judiciais de primeira instância. Durante os 24 meses de aula, os magistrados deverão estar familiarizados com o tratamento acadêmico de temas ligados à jurisdição constitucional, analisando casos concretos vinculados à prática processual, além do debate crítico de assuntos sob o prisma constitucional.

A coordenação do curso de especialização ficará a cargo do professor doutor Ney Bello Filho, juiz federal. O primeiro módulo do curso - ministrado até o dia 12 de novembro - terá como tema "Hermenêutica Constitucional", com o professor mestre Isaac Reis. As aulas acontecerão uma semana por bimestre, de segunda a sexta, das 8h30min às 12 horas e de 18h30min às 22 horas, com intervalos.

TJMA

Candidato a presidente da AMB faz visita

O desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e candidato a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, visitou o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde expôs algumas das propostas da chapa oposicionista "Novos Rumos", da qual é integrante.

O candidato compareceu à sessão das Câmaras Cíveis Reunidas, ontem, 5, onde foi recebido pela presidente em exercício do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e anunciado pelo presidente do órgão colegiado, desembargador Jorge Rachid. Calandra saudou o TJMA pelos 197 anos de sua instalação, comemorados na quinta-feira, 4, e falou das pro-

postas de sua chapa para a AMB.

Dentre as propostas apresentadas, a criação da Secretaria da Mulher Magistrada, em razão de considerar haver uma necessidade de olhar diferenciado para o enorme contingente de juízas no Brasil. O desembargador Raimundo Freire Cutrim, do TJMA, também integra a chapa "Novos Rumos", na condição de diretor adjunto da Secretaria de Relações Institucionais.

A eleição para escolha dos membros dos Conselhos Executivo e Fiscal da AMB, para o período 2011/2013, está marcada para 26 de novembro, nas sedes das associações estaduais, das 8h às 19h. A outra chapa concorrente é a "AMB com Você", que tem como candidato a presidente

o juiz Gervásio dos Santos Júnior, do Maranhão.

Há também a possibilidade de votação pela Internet. De acordo com deliberação da comissão eleitoral, os associados poderão votar pelo site da AMB, das 8h do dia 23 de novembro até 20h do dia 25, ininterruptamente.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 56/2010 - Processo n.º 19975/10

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico (SRP) n.º 56/2010, referente à Aquisição de materiais/equipamentos de segurança eletrônica, incluindo os serviços de instalação e manutenção, para adequação do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia 12.11.2010, às 10:30 h (Horário de Brasília), fica cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a conseqüente publicação do aviso.

São Luís, 04 de novembro de 2010.

EVILENE CABRAL LIMA
Pregoeira Oficial – TJ/MA

Relatório aponta carência de servidores em comarcas

Documento da Corregedoria Geral de Justiça aponta também a falta de móveis, assim como sistema elétrico danificado e serviço de segurança inadequado nos prédios dos órgãos de Justiça

Os fóruns de Caxias, Timon, Codó e Timbiras têm carência de equipamentos (computadores, impressoras e extintores) e móveis (cadeiras, mesas e armários). No Fórum de Timon há veículo oficial queimado, problemas nos sistemas de esgotamento e elétrico e portas danificadas. Os prédios das comarcas de Timon e de Caxias precisam de reforma e de maior número de servidores para atender à crescente demanda processual.

Os dados constam no relatório da quarta etapa do Projeto Inventário das Comarcas, entregue ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior. O trabalho de inspeção do chefe da Divisão de Material e Patrimônio da Corregedoria, Luiz Conceição da Silva, e do secretário da Coordenação Administrativa, Francisco das Chagas Mousinho Lago, incluiu os fóruns de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. Na maioria dos fóruns, os problemas são idênticos aos de outras comarcas vistoriadas.

Em Timon, a 432 km de São Luís, funcionam seis Varas e um Juizado Especial Cível e Criminal. Em Caxias, quatro Varas. Apesar das sucessivas recomendações da Corregedoria para envio de armamento

apreendido, foram encontradas armas e motos nas duas comarcas. Em Caxias e Codó, também foram apreendidos entorpecentes.

“Encaminhar estas armas o quanto antes a um local seguro é fundamental para a segurança de servidores, juizes e comunidade”, afirmou o corregedor.

O relatório aponta que os fóruns se tornaram pequenos para comportar volume de processos e bens apreendidos que aumentam diariamente. Os muros do Fórum de Codó precisam ser elevados e há necessidade de segurança armada. Na comarca de entrância intermediária estão instaladas três Varas.

Na Comarca de Timbiras (entrância inicial), o fórum reclama reforma urgente e de revisão da fossa séptica. Os inspetores recomendaram o aluguel de um prédio para funcionamento temporário da Comarca.

Insegurança - Em São José de Ribamar e Paço do Lumiar, os prédios da Justiça não dispõem de grades de proteção em portas e janelas. As duas comarcas têm duas Varas e um Juizado Cível e Criminal. O juizado de Ribamar está de mudança para prédio anexo ao fórum. O Fórum de Paço do Lumiar

é diminuto em relação ao primeiro, o que prejudica uma boa prestação jurisdicional, constatou Guerreiro Júnior, em visita às comarcas em agosto.

Raposa, também visitada pelo corregedor, é exceção entre as comarcas instaladas na área de abrangência da Ilha de São Luís. O novo fórum inaugurado pelo Judiciário em 8 de outubro, no bairro Bom Viver, exhibe padrão construtivo de excelência.

Com a quarta etapa do Inventário das Comarcas, a Corregedoria Geral da Justiça concluiu coleta de dados em mais de 20 comarcas do interior. Detectar urgências, checar a estrutura física dos fóruns e a condições de trabalho de servidores e juizes são objetivos de ponta do projeto. “Os relatórios serão enviados para conhecimento do Conselho Nacional de Justiça”, informou Guerreiro Júnior.

A íntegra dos relatórios está aberta a consulta na página principal dos sites do Tribunal e Corregedoria. Para conferir textos e fotos, basta clicar em “Inventário das Comarcas”, disponível no guia “Acesso Rápido”.

Fotos/Divulgação



No depósito de Caxias ainda há muitos bens apreendidos acumulados



Depósito de bens apreendidos no Fórum de Timon está desorganizado

Mais

Na etapa anterior, a equipe de vistoria esteve no sul do Maranhão, em levantamento que abrangeu as comarcas de Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, Balsas, Riachão, Carolina e Loreto.

TJ mantém nomes de Lobão e João Alberto em prédios

Relator deu provimento ao recurso dos senadores e destacou que a iniciativa de colocar os nomes dos políticos em espaços públicos foi da Assembleia Legislativa

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que têm os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa devem permanecer com essas denominações. A decisão, por maioria dos desembargadores membros, deu provimento ao recurso dos senadores que solicitaram a manutenção dos seus nomes nos locais públicos, em sessão, ontem.

O uso dos respectivos nomes em prédios e outros locais foi questionado por meio de Ação Popular ajuizada em novembro de 1995, com pedido de retirada imediata das inscrições em símbolos,

Divulgação



Cutrim foi relator do processo

imagens, monumentos, a exemplo da escola estadual "Complexo Educacional Edison Lobão" e da Avenida Litorânea, que passou a

se chamar de Edison Lobão, além do Centro de Processamento de Dados João Alberto de Sousa.

Entre as alegações apresentadas na Ação Popular, está o uso indevido de verbas públicas com o objetivo de promoção política e eleitoral. À época, a solicitação foi atendida judicialmente, por meio de liminar. Os senadores entraram com recurso, e, em julho de 2007, a 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís julgou improcedente a Ação. Entre outros argumentos, o magistrado de 1º grau decidiu que o requisito do ato lesivo não foi demonstrado, além de os prejuízos decorrentes das denominações não terem sido apresentados de forma clara.

Constituição - O parágrafo 9º, do artigo 19 da Constituição Estadual do Maranhão, alterado por emenda constitucional, citado no julgamento, prevê que “é proibida a denominação de obra e logradouros públicos com nome de pessoas vivas, excetuando-se da aplicação deste dispositivo às pessoas vivas consagradas notória e internacionalmente como ilustres”.

O relator do processo, desembargador Raimundo Cutrim, ao proferir o voto dando provimento ao recurso dos senadores, destacou que a iniciativa de colocar os nomes dos políticos em espaços públicos foi da Assembleia Legislativa do Estado.

Candidato à presidência da AMB apresenta em São Luís proposta de chapa durante visita ao TJ

Desembargador Nelson Calandra expôs propostas da chapa "Novos Rumos"

O desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e candidato a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, visitou o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde expôs algumas das propostas da chapa oposicionista "Novos Rumos", da qual é integrante.

O candidato compareceu à sessão das Câmaras Cíveis Reunidas, ontem, onde foi recebido pela presidente em exercício do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e anunciado pelo presidente do órgão colegiado, desembargador Jorge Rachid. Calandra saudou o TJMA pelos 197 anos de sua instalação, com emorados quinta-feira, e falou das propostas de sua chapa para a AMB.

Entre as metas apresentadas,

a criação da Secretaria da Mulher Magistrada, em razão de considerar haver uma necessidade de olhar diferenciado para o grande contingente de juízas no Brasil. O desembargador Raimundo Cutrim, do TJMA, também integra a chapa "Novos Rumos", na condição de diretor adjunto da Secretaria de Relações Institucionais.

A eleição para escolha dos membros dos Conselhos Executivo e Fiscal da AMB, para o período 2011/2013, está marcada para 26 de novembro, nas sedes das associações estaduais, das 8h às 19h. A outra chapa concorrente é a "AMB com Você", que tem como candidato a presidente o juiz Gervásio dos Santos Júnior, do Maranhão.

Os associados poderão votar pela internet, no site da AMB, das 8h do dia 23 de novembro até 20h do dia 25, ininterruptamente. A votação em cédula, por carta, será até as 19h do dia 26 de novembro, na sede de cada associação estadual.

Divulgação



Cleonice Freire, Maria Luiza Cutrim e Nelson Calandra no TJMA

Desembarque

A disputa pela presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que congrega juízes e desembargadores de todo o país, desembarcou de vez no Maranhão.

Em visita ao estado atrás de votos está o desembargador de São Paulo Nelson Calandra, que disputa o cargo com o maranhense Gervásio Filho.

Calandra conta com o apoio de vários magistrados maranhenses.

O retorno

Após uma semana de repouso forçado, o desembargador-presidente Jamil Gedeon retomará o comando do Tribunal de Justiça, e com todo gás.

Vai reassumir o controle do calendário de inaugurações em todo o estado, até o fim do ano.

Seu primeiro ato, já na segunda-feira (8), ao lado do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, será a instalação da Ouvidoria do Poder Judiciário, que vai funcionar no Shopping Jaracati.

TJ-MA

A Coluna saúda o Tribunal de Justiça do Estado pelos 197 anos de instalação. Foram entregues medalhas do Mérito Judiciário “Des. Antônio Rodrigues Vellozo” e “Des. Bento Moreira Lima”, respectivamente, a autoridades e magistrados com 20 anos de carreira.

TJ MANTÉM NOMES DE SENADORES EM PRÉDIOS

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que possuem os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa devem permanecer com essas denominações. (Página 03)

MANTIDOS TJ mantém nomes de senadores em prédios

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que possuem os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa devem permanecer com essas denominações. A decisão, por maioria dos desembargadores membros, deu provimento ao recurso dos senadores que solicitaram a manutenção dos seus nomes nos locais públicos, em sessão de ontem.

O uso dos respectivos nomes em prédios e outros locais foi questionado por meio de Ação Popular ajuizada em novembro de 1995, com pedido de retirada imediata das inscrições em símbolos, imagens, monumentos, a exemplo da escola estadual "Complexo Educacional Edison Lobão" e da Avenida Litorânea que passou a se chamar de Edison Lobão, além do Centro de Processamento de Dados João Alberto de Sousa.

Entre as alegações apresentadas na Ação Popular está o uso indevido de verbas públicas com o objetivo de promoção política e eleitoral. À época, a solicitação foi atendida judicialmente, através de liminar.

Inconformados, os senadores entraram com recurso, e, em julho de 2007, a 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís julgou improcedente a Ação. Entre outros argumentos, o magistrado de 1º grau decidiu que o requisito do ato lesivo não foi demonstrado, além de os prejuízos decorrentes das denominações não terem sido apresentados de forma clara.

Constituição - O parágrafo 9º, do artigo 19 da Constituição Estadual do Maranhão, alterado por emenda constitucional, citado no julgamento, prevê que "é proibida a denominação de obra e logradouros públicos com nome de pessoas vivas, excetuando-se da aplicação deste dispositivo às

pessoas vivas consagradas notória e internacionalmente como ilustres".

O relator do processo, desembargador Raimundo Cutrim, ao proferir o voto dando provimento ao recurso dos senadores, destacou que a iniciativa de colocar os nomes dos políticos em espaços públicos foi da Assembléia Legislativa do Estado.

SEM TOGA

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e assessores começam, segunda-feira, inspeção em 15 comarcas estaduais. O périplo dos destogados vai de Coroatá a Vargem Grande. Objetivo: verificar as comarcas que oferecem prestação jurisdicional compatíveis com as exigências do TJ-MA. Serão ouvidos juízes e servidores sobre condições de trabalho. Ainda em novembro outro roteiro será na direção do Sul maranhense.

Nome de políticos segue em logradouros

PÁGINA 3

CULTO À PERSONALIDADE

TJ mantém nomes de políticos em logradouros

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que possuem os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa, ambos do PMDB, devem permanecer com essas denominações. A decisão, por maioria dos desembargadores membros, deu provimento ao recurso dos senadores que solicitaram a manutenção dos seus nomes nos locais públicos, em sessão realizada ontem. As informações são da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça.

O uso dos respectivos nomes em prédios e outros locais foi questionado por meio de Ação Popular ajuizada em novembro de 1995, com pedido de retirada imediata das inscrições em símbolos, imagens, monumentos, a exemplo da escola estadual "Complexo Educacional Edison Lobão" e da Avenida Litorânea que passou a

se chamar de Edison Lobão, além do Centro de Processamento de Dados João Alberto de Sousa. Entre as alegações apresentadas na Ação Popular está o uso indevido de verbas públicas com o objetivo de promoção política e eleitoral. À época, a solicitação foi atendida judicialmente, através de liminar.

Inconformados, os senadores entraram com recurso, e, em julho de 2007, a 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís julgou improcedente a Ação. Entre outros argumentos, o magistrado de 1º grau decidiu que o requisito do ato lesivo não foi demonstrado, além de os prejuízos decorrentes das denominações não terem sido apresentados de forma clara.

Constituição

O parágrafo 9º, do artigo 19 da Constituição Estadual do Maranhão, alterado por emenda constitucional, citado no julgamento, prevê que "é proibida a denominação de obra e logradouros públicos com nome de pessoas vivas, excetuando-se da aplicação deste dispositivo às pessoas vivas consagradas notória e internacionalmente como ilustres".

O relator do processo, desembargador Raimundo Cutrim, ao profe-

rir o voto dando provimento ao recurso dos senadores, destacou que a iniciativa de colocar os nomes dos políticos em espaços públicos foi da Assembleia Legislativa do Estado.



LOBÃO E JOÃO ALBERTO CONSEGUEM VITÓRIA NA JUSTIÇA

NOMES QUE PERMANECEM

A Avenida Litorânea continuará sendo batizada de Edison Lobão e o Complexo Educacional Edison Lobão também assim será chamado, conforme decisão tomada ontem pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em ação popular contra tais denominações. Também o Centro de Processamento de Dados "João Alberto de Souza" não terá outro nome. O TJ recusou a contestação dos nomes dos dois políticos em bens do patrimônio público, o que seria inconstitucional.

CAMPANHA DE TOGA (1)

O desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e candidato a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, visitou o Tribunal de Justiça do Maranhão, onde expôs algumas das propostas da chapa oposicionista "Novo Rumos". Ele foi recebido pela presidente em exercício do TJMA, desembargadora Cleonice Freire.

CAMPANHA DE TOGA (2)

O desembargador Raimundo Freire Cutrim, presidente do TRE-MA, também integra a chapa "Novos Rumos", na condição de diretor adjunto da Secretaria de Relações Institucionais. O presidente da Associação Maranhense dos Magistrados, Gervásio Protásio dos Santos Filho, é o outro candidato à presidente da AMB.

■ Inspeção I

O corregedor-geral da Justiça inicia, segunda-feira, nova rodada de inspeção a comarcas estaduais. Com esse novo trabalho, Antonio Guerreiro Júnior irá completar 80 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão.

Coroatá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande estão no roteiro de 15 comarcas que serão vistoriadas por equipe da Corregedoria até sexta-feira, 12.

A tarefa não difere de inspeções anteriores. Guerreiro Júnior irá verificar o que as unidades oferecem de melhor em prestação jurisdicional e quais serviços podem ser melhorados. Os assessores também devem inteirar-se do que juízes e servidores têm a dizer sobre condições de trabalho e qual a real situação dos prédios.

■ Inspeção II

Em setembro, o corregedor inspecionou 55 comarcas, inclusive as do Sul do Estado. Em julho, foi a 17 comarcas da Baixada. Em grande parte das comarcas visitadas Guerreiro Júnior tem autorizado a entrega de móveis e equipamentos novos e a implantação dos projetos "Fala Audiência" e "Teleaudiência".

Próprias para a gravação em áudio de audiências e registro textual de depoimentos, as duas ferramentas desenvolvidos pela Corregedoria têm sido bem recebidos pelos juízes, sobretudo pela facilidade de uso.

- **O corregedor-geral da Justiça inicia na segunda-feira, 8, nova rodada de inspeção a comarcas estaduais – a terceira desde que assumiu o cargo. Com esse novo trabalho, Antonio Guerreiro Júnior irá completar 80 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão. Coroa-tá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande estão no roteiro de 15 comarcas que serão vistoriadas por equipe da Corregedoria até sexta-feira, 12.**

Gilmar Mendes irá proferir palestra em São Luís na próxima 2ª-feira

Cerca de quarenta magistrados maranhenses vão participar do II Curso de Especialização em Direito Constitucional, resultante de um convênio de cooperação técnica, científica e acadêmica celebrado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) e a Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB). O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) vai proferir a aula inaugural do curso, na segunda-feira, 8, às 19h, com a conferência "O Supremo Tribunal Federal e a Jurisdição Constitucional", no Auditório Luiz Pinho Rodrigues.

Com essa parceria, o Tribunal de Justiça, por meio da ESMAM, está investindo na capacitação dos magistrados, visando contribuir para a qualidade das decisões judiciais de primeira instância.

Durante os 24 meses de aula, os magistrados deverão estar familiarizados com o tratamento acadêmico de temas ligados à jurisdição constitucional, analisando casos concretos vinculados à prática processual, além do debate crítico de assuntos sob o prisma constitucional.

A coordenação do curso de especialização ficará a cargo do professor doutor Ney Bello Filho, juiz federal. O primeiro módulo do curso – ministrado até o dia 12 de novembro – terá como tema "Hermenêutica Constitucional", com o professor mestre Isaac Reis. As aulas acontecerão uma semana por bimestre, de segunda a sexta, das 8h30min às 12 horas e de 18h30min às 22 horas, com intervalos.

Gilmar Mendes, empossado ministro do STF em 2002, foi presidente desta suprema corte e do Conselho Nacional de Justiça, de 2008 a 2010, e considerado pela Revista Época um dos 100 brasileiros mais influentes do ano de 2009. A palestra do ministro também será a conferência magna da VI Jornada de Direito da UNDB.

Tribunal de Justiça mantém os nomes de Lobão e João Alberto em prédios públicos

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que possuem os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa devem permanecer com essas denominações. A decisão, por maioria dos desembargadores membros, deu provimento ao recurso dos senadores que solicitaram a manutenção dos seus nomes nos locais públicos, em sessão realizada ontem. **PÁGINA 3**

TJ-MA mantém os nomes de Lobão e João Alberto em órgãos públicos

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que possuem os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa devem permanecer com essas denominações. A decisão, por maioria dos desembargadores membros, deu provimento ao recurso dos senadores que solicitaram a manutenção dos seus nomes nos locais públicos, em sessão realizada ontem.

O uso dos respectivos nomes em prédios e outros locais foi questionado por meio de ação popular ajuizada em novembro de 1995, com pedido de retirada imediata das inscrições em símbolos, imagens, monumentos, a exemplo da escola estadual "Complexo Educacional Edison Lobão" e da Avenida Litorânea que passou a se chamar de Edison Lobão, além do Centro de Processamento de Dados João Alberto de Sousa.

Entre as alegações apresentadas na ação popular está o uso indevido de verbas públicas com o objetivo de promoção política e eleitoral. À época, a solicitação foi

atendida judicialmente, através de liminar.

Inconformados, os senadores entraram com recurso, e, em julho de 2007, a 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís julgou improcedente a ação. Entre outros argumentos, o magistrado de 1º grau decidiu que o requisito do ato lesivo não foi demonstrado, além de os prejuízos decorrentes das denominações não terem sido apresentados de forma clara.

O parágrafo 9º, do artigo 19 da Constituição Estadual do Maranhão, alterado por emenda constitucional, citado no julgamento, prevê que "é proibida a denominação de obra e logradouros públicos com nome de pessoas vivas, excetuando-se da aplicação deste dispositivo às pessoas vivas consagradas notória e internacionalmente como ilustres".

O relator do processo, desembargador Raimundo Cutrim, ao proferir o voto dando provimento ao recurso dos senadores, destacou que a iniciativa de colocar os nomes dos políticos em espaços públicos foi da Assembleia Legislativa do Estado.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
END: Avenida Carlos Cunha, s/n - Caiçau
cep: 65076-820 - São Luís - Ma
fone: 2106-9600

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

PROCESSO Nº: 13750-14.2003.8 10.0001
DENOMINAÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER
PARTE(S) REQUERENTE(S): RAIMUNDO ROCHA DE CARVALHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCO AURELIO SA GONÇALVES E DELZA BONFIM DE ALMEIDA

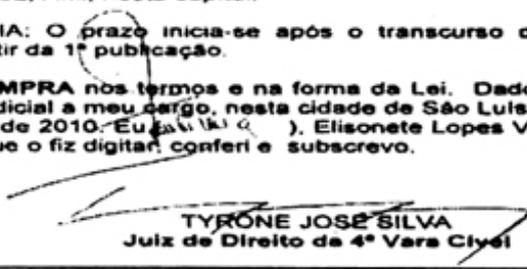
O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que ficam **INTIMADOS** MARCO AURELIO SA GONÇALVES E DELZA BONFIM DE ALMEIDA, para no prazo de 15 (quinze) dias querendo oferecer impugnação (art. 475 J, § 1º do CPC) a penhora realizada sobre o imóvel/terreno localizado na Rua Cônego Tavares, nº. 532, Anil, nesta capital.

ADVERTÊNCIA: O prazo inicia-se após o transcurso dos quinze dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos 03 de novembro de 2010. Eu, ~~Eulália~~ ^{Elisabetta} Elisabetta Lopes Vieira, Secretária Judicial da 4ª Vara Cível, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.


TYRONE JOSÉ SILVA
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Vara de Pedreiras passa a liderar lista de pendências com Meta 2

Com 757 processos pendentes, a 3ª Vara de Pedreiras deixa a terceira posição e passa a liderar a lista de unidades judiciárias estaduais com maior volume de processos a serem julgados até o final do ano, em cumprimento à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de acordo com mapa de acompanhamento divulgado nesta sexta-feira, 5, pela Corregedoria Geral da Justiça.

O crescimento de 61,69% no montante de processos pendentes – 24.515 contra 15.125 processos da primeira lista – é uma das novidades em relação ao levantamento anterior.

Recordista de pendências em mapa do final de outubro, a 2ª Vara de Presidente Dutra ocupa agora a 169ª posição no quadro. Evoluiu para apenas 11 processos nessa condição, contra os 2.467 processos informados naquele mês. Nesse caso, houve equívoco no lançamento dos dados enviados à Corregedoria pela secretaria judicial da respectiva vara.

Enquanto a relação de outubro destacava as 30 unidades

com índices negativos no cumprimento da Meta 2 no estado, o trabalho recente abrange todas as varas e juizados especiais.

O número de processos da 3ª Vara de Pedreiras continua o mesmo. A 2ª e 1ª Varas da comarca de entrância intermediária passam a ocupar a quarta e décima nona posição entre as ranqueadas, respectivamente, com 522 e 336 processos.

Em São Luís, a 4ª Vara Cível (578 processos) e a 6ª Vara da Fazenda Pública (551 processos) aparecem em segundo e terceiro lugares. A 4ª Vara Cível manteve a segunda colocação, entretanto reduziu o total de processos. Eram 780 na contagem anterior.

Ao todo, 13 varas e um juizado da capital, o 3º Juizado Especial Criminal, no Fórum Universitário, são citados entre as 50 unidades com maior incidência de processos da Meta 2.

O coordenador geral do cumprimento das Metas de Nivelamento do CNJ e juiz auxiliar da Corregedoria, José Nilo Ribeiro Filho, diz que a posição de varas e juizados deve sofrer mudanças

significativas até o final de 2010.

Ele desfaz a ideia de que a divulgação da lista seja uma forma de pressionar os juízes em débito com o CNJ. “É uma exigência do CNJ, com a sociedade que reclama ações transparentes para o Judiciário e um compromisso de gestão do corregedor Guerreiro Júnior”, justifica. A Corregedoria passará a divulgar novas listas com frequência.

Por orientação do corregedor, o juiz auxiliar tem provocado seguidas reuniões com juízes das varas Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública da capital, no Fórum do Calhau, no sentido de motivá-los a priorizar a execução da meta.

Guerreiro Júnior indicou outros oito juízes para coordenar o cumprimento de metas estratégicas do CNJ. Ronaldo Maciel, Raimundo Nonato Neris, José de Ribamar Castro, Carlos Henrique Veloso e José Edilson Caridade atuarão na capital, e Adolfo Pires da Fonseca Neto, Diva Maria de Barros e Delvan Tavares serão os coordenadores na Comarca de Imperatriz.

■ Inauguração

O Tribunal de Justiça inaugurar^á na segunda-feira (8), às 17h30, a sua Ouvidoria, na Casa de Justiça e Cidadania, no Shopping Jaracati, ao lado do Viva Cidadão.

O órgão vão funcionar como um balcão de atendimento ao cidadão, onde ele poderá registrar sua reclamação, denúncia ou sugestão sobre os serviços judiciários.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal estar^á presente à inauguração, ao lado do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon e dos ouvidores titular, desembargador José Bernardo Rodrigues, e substituto, Cleones Carvalho Cunha.

■ Intimação eletrônica

A juíza Gláucia Helen Maia de Almeida, titular da comarca de Esperantinópolis, já está utilizando a chamada comunicação eletrônica, feita através do Diário da Justiça Eletrônico, disponível no site do Tribunal de Justiça.

As intimações, segundo a juíza, são relativas a processos em tramitação na Vara de Esperantinópolis. A iniciativa atende ao determinado na Lei 11.419/2006, bem como à resolução 15/2008, do Tribunal de Justiça.

A maioria das comarcas maranhenses já adotou a comunicação eletrônica, a exemplo de Anajatu-
ba, Paço do Lumiar, Vitorino Freire, Santo Antônio dos Lopes, Dom Pedro, Cedral e São Francisco do Maranhão.

TJ-MA instala sede da Ouvidoria

O Tribunal de Justiça do Maranhão inaugura na próxima segunda-feira, 8, às 17h30, a Ouvidoria do poder Judiciário, situada na Casa de Justiça e Cidadania, no térreo do Shopping Jaracati, ao lado do Viva Cidadão.

O órgão vai funcionar como um balcão de atendimento ao cidadão, onde ele poderá registrar sua reclamação, denúncia

ou sugestão sobre os serviços judiciários no estado. No local, o cidadão também encontrará uma rede integrada de serviços destinada a promover a cidadania e práticas institucionais voltadas à promoção e proteção de direitos fundamentais e acesso à cultura e à justiça. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal estará presente à inauguração.

Corregedor inicia nova inspeção nas comarcas

O corregedor-geral da Justiça inicia na próxima segunda-feira, 8, nova rodada de inspeção a comarcas estaduais – a terceira desde que assumiu o cargo. Com esse novo trabalho, Antonio Guerreiro Júnior irá completar 80 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão. Coroatá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande estão no roteiro de 15 comarcas que serão vistoriadas por equipe da Corregedoria até sexta-feira, 12.

A tarefa não difere de inspeções anteriores. Guerreiro Júnior irá verificar o que as unidades oferecem de melhor em prestação jurisdicional e quais serviços podem ser melhorados. Os assessores também devem inteirar-se do que juízes e servidores têm a dizer sobre condições de trabalho e qual a real situação dos prédios.

Em setembro, o corregedor inspecionou 55 comarcas, inclusive as do Sul do Estado. Em julho, foi a 17 comarcas da Baixada.

Em grande parte das comarcas visitadas Guerreiro Júnior tem autorizado a entrega de móveis e equipamentos novos e a implantação dos projetos “Fala Audiência” e “Teleaudiência”.

Próprias para a gravação em áudio de audiências e registro textual de depoimentos, as duas ferramentas desenvolvidos pela Corregedoria têm sido bem recebido pelos juízes, sobretudo pela facilidade de uso.

Já foram inspecionadas as comarcas de Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias, Coelho Neto, Buriti de Inácia Vaz, Araioses, Tutóia, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Chapadinha, Urbano Santos e Vargem Grande.

Mantido nomes de pessoas vivas em prédios

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que possuem os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa devem permanecer com essas denominações. A decisão, por maioria dos desembargadores membros, deu provimento ao recurso dos senadores que solicitaram a manutenção dos seus nomes nos locais públicos, em sessão realizadas ontem, 5, em São Luís.

O uso dos respectivos nomes em prédios e outros locais foi questionado por meio de Ação Popular ajuizada em novembro de 1995, com pedido de retirada ime-

diata das inscrições em símbolos, imagens, monumentos, a exemplo da escola estadual “Complexo Educacional Edison Lobão” e da Avenida Litorânea que passou a se chamar de Edison Lobão, além do Centro de Processamento de Dados João Alberto de Sousa.

PROMOÇÃO

Entre as alegações apresentadas na Ação Popular está o uso indevido de verbas públicas com o objetivo de promoção política e eleitoral. À época, a solicitação foi atendida judicialmente, através de liminar.

Inconformados, os senadores entraram com recurso, e, em julho de 2007, a 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís julgou improcedente a Ação. Entre outros argumentos, o magistrado de 1º grau decidiu que o requisito do ato lesivo não foi demonstrado, além de os prejuízos decorrentes das denominações não terem sido apresentados de forma clara.